

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí (**CGE/PI**) iniciou, nesta terça-feira (27), um ciclo de reuniões para discutir a nova [Lei de Licitações \(n.º14.133/2021\)](#) e seus impactos para a atuação dos auditores governamentais. O normativo substitui – após dois anos de transição – a Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11), além de agregar diversos temas relacionados a contratações públicas.

De acordo com o controlador-geral adjunto da CGE, Paulo Henrique Portela, o **grupo de estudo** pretende analisar cada ponto da lei e discutir as **aplicações no âmbito do trabalho da Controladoria.**

“O foco do grupo de estudo é verificar quais as implementações vamos ter que fazer no nível operacional e estratégico para desenvolvimento das nossas atividades para que a Controladoria continue na vanguarda, sempre no **pioneirismo das atividades de controle**”, destacou, ao acrescentar que há, na nova Lei, itens que a CGE já implementava em seus trabalhos.

“Muitas das ações já conseguimos implantar anteriormente à nova Lei de Licitações, a exemplo da pesquisa de preços. No ano passado, a CGE editou a [Portaria Nº 20/2020](#), regulamentando critérios e métodos para realização de pesquisa de preços, antes mesmo do normativo federal. A lógica é o governo federal editar uma norma e os estados seguirem, mas a **Controladoria**, com a sua **visão para o futuro**, editou o normativo antes que o próprio governo federal”, ressaltou.

Os encontros entre os **auditores**, que acontece de forma híbrida (presencial e on-line), respeitando as medidas de **prevenção à Covid-19**, serão realizados ao longo desta semana, até a sexta-feira (30).



